

CONDIÇÕES PARA COTAÇÃO PARA DISPENSAS DE LICITAÇÃO

**COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA – CURITIBA
S.A.**

DISPENSA ELETRÔNICA N.º 003/2020
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005/2020
AUTORIZAÇÃO PARA LICITAR N.º 4110/2020
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 01-123.041/2020

OBJETO: Contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializados de **Elaboração de Laudo Técnico de Avaliação de Máquinas Retroescavadeiras**, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)

LANCES: Serão recebidos, **exclusivamente**, através do **Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br)**, na data/hora constante no Sistema e-Compras Curitiba.

1 - As dúvidas e esclarecimentos necessários para a formulação das propostas deverão ser encaminhados ao Responsável, via e-mail. Para consultar o e-mail do responsável, na página do processo no sistema e-Compras Curitiba, clicar na figura ao lado do “responsável”.

- a) As dúvidas, informações ou outros elementos necessários ao perfeito entendimento do presente processo, deverão ser dirimidos **somente** pelo Responsável do mesmo, mediante solicitação **por escrito**, no endereço eletrônico acima mencionado até 12:00 horas do dia anterior a abertura da sessão de lances.
- b) A resposta será disponibilizada pelo Responsável pelo processo, **através de boletim de esclarecimento**, para todos os interessados no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

c) É dever das empresas interessadas acompanhar os boletins de esclarecimentos emitidos pelo Responsável no Portal de Compras da Prefeitura Municipal da Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

d) As solicitações feitas fora do prazo previsto acima não serão respondidas.

2 - Somente poderão participar da presente Dispensa Eletrônica de Licitação microempresas (ME), empresas de pequeno porte (EPP) e micro empreendedor individual (MEI), conforme Lei Complementar Federal n.º 123/06 e 147/14, regularmente estabelecida no país, cuja finalidade e ramo de atuação principal estejam ligados ao objeto do presente processo, que satisfaçam integralmente as condições do processo e que estejam cadastrados no Sistema e-Compras Curitiba com os grupos e subgrupos correspondentes aos itens solicitados no processo.

3 - As Certidões de regularidade do INSS e FGTS deverão em plena validade e deverão estar atualizadas junto ao Serviço de Cadastro de Fornecedores da Secretaria Municipal de Administração e Gestão de Pessoal (Rua Solimões, 160 – 1º andar – 80510-140 – Curitiba – Pr).

4 - Não poderão participar da presente Licitação, empresas que tenham sido consideradas inidôneas por quaisquer órgãos governamental, autárquico, fundacional ou de economia mista ou que se encontrem suspensas de licitar na Prefeitura Municipal de Curitiba.

5 - A participação neste processo de Dispensa Eletrônica de Licitação importa à proponente na irrestrita aceitação das condições estabelecidas no presente processo, bem como na observância dos regulamentos, normas administrativas e técnicas aplicáveis.

6 - Para o **preço unitário** a proposta **poderá** apresentar valor inferior a um centavo de real **(com até quatro casas após a vírgula)**.

7 - Não será aceita carta ou outro meio de comunicação informando engano, erro ou omissão da parte do fornecedor ou de funcionário sobre os lances ou marcas ofertados na presente Dispensa Eletrônica de Licitação.

8 - Caso o(s) **preço(s) máximo(s)** esteja(m) sendo indicado(s) na tela do envio dos lances desta Dispensa Eletrônica, as empresas interessadas **não** poderão oferecer lances com preços superiores aos indicados, sob pena do lance ser recusado pelo Sistema.

9 - Para o envio dos lances, os interessados deverão entrar no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br) **e digitar o seu**

login e a sua senha de acesso ao Sistema e-Compras Curitiba. Os lances somente poderão ser ofertados no Portal Personalizado do Fornecedor.

10 - No preço unitário do lance, deverão estar incluídos todos os custos, despesas, impostos, amostras, embalagem, transporte (carga e descarga até o local de destino e seguro de transporte, se houver), toda e qualquer taxa que incidir sobre os produtos.

11 - As dúvidas que eventualmente surgirem durante a sessão pública via Internet, serão resolvidas **pelo Responsável**, devidamente designada para o presente processo licitatório, **através do “Chat” de conversação.**

12 - A qualquer momento, durante a sessão de envio de lances, é facultado ao Responsável utilizar-se do tempo aleatório, previsto no artigo 27, § 9º do Decreto Municipal n.º 1.235/03.

13 - A qualquer momento, durante a sessão de lances, o Responsável poderá cancelar um ou mais lances que não atenderem às exigências solicitadas e do artigo 86 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., bem como os lances com preços excessivos ou manifestamente inexeqüíveis. O cancelamento de lances deverá ser devidamente fundamentado.

14 - A qualquer momento o Responsável poderá bloquear a participação de um fornecedor que não esteja atendendo ao regulamento do Processo Eletrônico, tumultuando o processo, tentando identificar-se, ou ainda, que se identifique durante a sessão de lances.

15 - Após o término da sessão para envio dos lances será informada a lista de empresas classificadas com os menores lances. A partir desta lista de classificados, o Responsável fará o julgamento e posteriormente será emitida e publicada a lista de vencedores do processo no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), **sendo da responsabilidade única e exclusiva das empresas interessadas o acompanhamento das datas.**

16 – As empresas participantes deverão estar em dia com a seguinte documentação, que poderá ser solicitada a qualquer momento pelo Responsável. Quando algum documento for solicitado, a empresa deverá apresentar em no máximo 24h (vinte e quatro horas) após a solicitação via e-mail ou ofício. A **não apresentação** da documentação quando solicitada poderá **acarretar na aplicação de penalidades para a empresa.**

16.1. Documentos comprobatórios da regularidade fiscal:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) ou no Cartão de Identificação do Contribuinte (CIC) no M.F., no caso de pessoa física;

- b) prova de regularidade com a Fazenda Federal (dívida ativa da União e tributos federais), Estadual (tributos estaduais) e Municipal (tributos municipais) do domicílio ou sede do interessado, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade relativa à Seguridade Social, através de certidão negativa de débito, emitida pelo INSS;
- d) prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, através de certidão emitida pela Caixa Econômica Federal;
- e) prova de regularidade relativa a Certidão Nacional de Débitos Trabalhistas (CNDT).

17 - Boletins de esclarecimentos – Para todas as dúvidas e informações solicitadas pelas empresas interessadas, o Responsável emitirá um boletim de esclarecimento que será divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

18 - Comunicados – Qualquer comunicado emitido pelo Responsável será divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

19 - A obrigação é única e exclusiva das empresas interessadas acompanhar os boletins de esclarecimentos e os comunicados emitidos pelo Responsável e divulgado no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br). Não serão aceitas reclamações alegando que os comunicados e os boletins de esclarecimentos não foram consultados.

20 - É indispensável para a liberação do respectivo pagamento a aceitação dos produtos fornecidos, através da assinatura na Nota Fiscal.

21 - Não será efetuado qualquer pagamento para a empresa ou profissional penalizado, sem que o mesmo haja recolhido a multa que lhe tenha sido aplicada.

22 - Na Nota Fiscal deverá ser indicados o nome do Banco, nome e número da Agência e número da Conta Corrente onde será creditado o valor.

OBS.: A Nota Fiscal deverá ter como destinatário:

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S/A
Rua Barão do Rio Branco, n.º 45 - 7º Andar
Centro - Curitiba PR

CEP: 80.010-180

CNPJ: 76.493.899/0001-93 Inscrição Estadual: Isento

23 - O pagamento será efetuado de conformidade com o artigo 172 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., após a entrega e aceite dos produtos e aprovação das notas fiscais.

24 - A solicitação da amostra poderá ser feita a critério do Responsável, quando julgar necessário, portanto as empresas participantes deverão apresentar amostra completa do(s) item(ns) solicitado(s), em sua(s) embalagem(ns) original(is), devidamente identificada(s), dentro de 24h (vinte e quatro horas), a partir da solicitação formal do Responsável (através de Ofício ou e-mail). As amostras deverão ser entregues no endereço que será indicado no documento enviado pelo Responsável.

25 - A não apresentação da(s) amostra(s) no prazo estabelecido no item 24 acarretará na desclassificação do(s) item(ns) cotado(s), com a respectiva aplicação das penalidades previstas na legislação vigente.

26 - Prospectos e catálogos descritivos, quando solicitados, poderão ser fotocópias autenticadas, desde que sejam acompanhadas de original para verificação do objeto ofertado. Os originais serão devolvidos após a análise e as cópias permanecerão no processo licitatório.

26.1 - O prazo limite para a retirada da amostra será de 06 (seis) dias úteis, após a conclusão do processo. As amostras não retiradas dentro do prazo estabelecido, serão doadas às Instituições Filantrópicas, não cabendo nenhum recurso por parte da proponente.

27 - O Responsável reserva-se o direito de reter a(s) amostra(s) exigida(s) da proposta vencedora, para fins de comparação no ato do recebimento da(s) mercadoria(s).

28 - Após a homologação, é dever da licitante retirar as notas de pagamento ou Autorização de Fornecimento sempre que for comunicado pela Companhia de Desenvolvimento de Curitiba - Curitiba S/A.

29 - Se a licitante adjudicada deixar de entregar os produtos por qualquer motivo dentro do prazo de validade da proposta ou o fizer fora das especificações e condições pré-determinadas e ainda em qualquer outra hipótese de inexecução parcial ou total do contrato, poderão ser aplicadas às penalidades seguintes, facultada defesa prévia do interessado, independente de outras previstas em lei:

29.1 - Advertência.

29.2 - No caso de atraso injustificado na entrega do objeto e/ou prestação de serviços, ou ainda na execução do contrato, multa de mora de 0,5% (meio por cento) ao dia sobre o valor empenhado ou sobre o valor faturado no período, até o prazo máximo de 10 (dez) dias. Vencido o prazo de que trata este item, o empenho poderá ser cancelado ou o contrato ser considerado rescindido, a critério da Administração, ficando sujeita às penalidades previstas nos artigos 177 a 184 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.,

29.3 - No caso de inexecução parcial ou total do contrato, que importe em prejuízo ao Município, multa compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor faturado no período, de acordo com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

29.4 - A multa moratória (item 29.2) e a multa compensatória (item 29.3.) poderão ser cumuladas, sempre que ocorrer atraso injustificado na execução do contrato, sempre que resultar prejuízo ao Município.

29.5 - Suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, penalidade essa a ser aplicada pelo Presidente da CURITIBA S.A., segundo a natureza da falta e o prejuízo causado à Administração Pública, de acordo com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.

29.6 - Declaração de inidoneidade para licitar na Administração Municipal, com publicação na Imprensa Oficial, de acordo com **o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.**

29.7 - O não atendimento aos prazos estabelecidos nas notas de pagamento/Autorização para licitar para a entrega de produto ou prestação de serviços poderá acarretar o cancelamento dos mesmos, sendo os autos encaminhados ao Jurídico para posicionamento com relação à aplicação das penalidades.

29.8 - As empresas penalizadas perante a Prefeitura Municipal de Curitiba terão seus nomes, bem como os motivos das penalidades aplicadas, divulgados no site e-Compras Curitiba.

29.9 - As sanções previstas admitem a defesa prévia do interessado no respectivo Processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, com exceção da pena de declaração de inidoneidade, hipótese em que é facultada a defesa, no prazo de 10 (dez) dias da abertura de vista.

OBS.: As penalidades aplicadas serão anotadas no Cadastro de Fornecedores da Prefeitura Municipal de Curitiba, apontando-se, além da pessoa jurídica, o nome dos sócios ou representantes que constarem no contrato social.

29.10 - Além das penalidades acima, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no Decreto Municipal nº 1.235/03 e 1.251/18.

30 - Os interessados no momento do envio dos lances através do Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br), deverão dar o “**aceite**” nas condições do regulamento do presente Processo Eletrônico.

30.1. - Na tela do “aceite” os interessados estarão declarando:

- a) **A inexistência de superveniência de fato impeditivo da habilitação, nos termos do artigo 63, Inciso X, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. e de que não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público federal, estadual ou municipal.**
- b) **Que não possui em seu quadro funcional menor de dezoito anos executando trabalho no período noturno, perigoso, ou insalubre, e nem menor de dezesesseis anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos (artigo XXXIII do Art. 7 da Constituição Federal).**
- c) **Que conhece e aceita o regulamento do Sistema e-Compras Curitiba.**

31 - A informação falsa por parte dos interessados acarretará na aplicação das penalidades previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A. e Decreto Municipal n.º 1.235/03.

32 - Para os itens onde a empresa não está cadastrada para o **grupo e subgrupo** não estarão disponíveis para lances, devendo o usuário solicitar a inclusão de grupos e subgrupos através do Sistema e-compras Curitiba, para atualizar o cadastro.

33 - Reserva-se ao Órgão licitador, o direito de revogar no todo ou em parte o presente Processo eletrônico visando o interesse da Administração Pública, devendo anulá-la por ilegalidade.

34 – O Responsável poderá exigir da licitante, sempre que se fizer necessário, um Certificado de qualidade do produto, abrangendo suas características físicas e químicas, expedido por Órgão Oficial, indicado pela Prefeitura Municipal de Curitiba.

35 - Aplica-se a este Processo eletrônico, as disposições **do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A.**, instituído em razão da Lei Federal n.º 13.303/2016, Lei Federal n.º 10.520/02 e 8.666/93, assim como os Decretos Municipais n.ºs 1.139/03, 1.235/03, 104/19 e 1.251/18.

36 - A detecção, pelo Contratante, a qualquer tempo durante a utilização dos produtos adquiridos através do presente Processo eletrônico, de vícios de qualidade nos mesmos, importará na aplicação dos dispositivos da Lei Federal n.º 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor).

37 - Em caso de devolução dos produtos por estarem em desacordo com as especificações, todas as despesas serão atribuídas à empresa contratada.

38 - O abandono do fornecimento em qualquer etapa, por parte da empresa contratada, ensejará ação de perdas e danos, em valor referencial igual ao dobro do valor do fornecimento do produto contratado.

39 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Responsável, designado para a condução do presente Processo Eletrônico.

40 - A empresa participante é responsável pela fidelidade e legitimidade dos lances ofertados.

41 - O presente processo de Dispensa Eletrônico é do tipo "menor preço por item".

42 - O Responsável pelo presente processo de Dispensa Eletrônica está designado através da Portaria n.º 001/2020.

43 - A critério do responsável, poderá ser determinado um tempo aleatório de até 30 (trinta) minutos para o término do envio dos lances, após o tempo regulamentar. Caso este critério seja utilizado, os participantes serão informados através de mensagem, antes do término do prazo inicial fixado.

44 - Em atendimento ao Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A., ficam designados como Gestor e Suplente do presente processo, os seguintes servidores:

Davidson José Moulepes - Matrícula n.º 81.599

Lilian Cardoso - Matrícula n.º 81.613

45 - Em cumprimento ao contido no artigo 20 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da CURITIBA S.A, foi dado sigilo ao valor estimado da contratação. A partir do menor valor ofertado, os interessados poderão oferecer lances sucessivos, observado o horário fixado para o envio dos mesmos, sendo as empresas participantes responsáveis por todas as transações que forem efetuadas em seu nome durante a sessão, assumindo como firmes e verdadeiros seus lances.

46 - A presente dispensa eletrônica de licitação será suprida financeiramente pelos recursos próprios da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.

47 - 46 O prazo máximo para entrega do total licitado é de 15 (QUINZE) dias úteis após o recebimento da Autorização de Fornecimento, conforme endereço constante no Anexo I;

48 - É parte integrante deste Edital de Embasamento o ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA / ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS.

49 - Os casos omissos neste Edital serão resolvidos pelo Responsável designado para a condução do presente Processo Eletrônico, por meio do e-mail dmoulepes@curitibasa.com.br.

Curitiba, 25 de Novembro de 2020.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES
Pregoeiro



CURITIBA
Protocolo nº:

01-123.041/2020

Setor Requisitante:

Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal

Fiscal de Contrato:

Davidson José Moulepes

Ramal/E-mail

8820

dmoulepes@curitibasa.com.br

Valor Máximo:

R\$

Objeto:

Contratação de empresa para Prestação de Serviços Especializados de Elaboração de Laudo Técnico de Avaliação de Máquinas Retroescavadeiras, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I do respectivo Edital, bem como as características mínimas contidas no formulário proposta eletrônica e anexos, partes integrante deste Edital, à disposição no Portal de Compras da Prefeitura Municipal de Curitiba (www.e-compras.curitiba.pr.gov.br).

Justificativa da Contratação:

Valor referente a aquisição de lâmpadas e reatores, afim de apontar o valor de mercado de 03 (três) retroescavadeiras para futuro leilão, em atendimento às necessidades da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A.

Especificação/detalhamento dos bens e/ou serviços:

1. A empresa deverá avaliar as seguintes máquinas, que se encontram depositadas no Distrito de Manutenção da CIC, localizado na Estrada Velha do Barigui, n.º 200 - CURITIBA / PR

a - Retroescavadeira - Marca CASE 580H - 1987 (01 unidade)

b - Retroescavadeira - Marca CASE 580H - 1987 (01 unidade)

c - Retroescavadeira - Marca CASE 580H - 1986 (01 unidade)

2. Da forma de Entrega do Trabalho

2.1. O Laudo Técnico de Avaliação deverá atender às diretrizes fixadas pelas Normas da ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas, reconhecida como único foro Nacional de Normatização através da Resolução nº 07 do COMMETRO de 24/08/1992; devendo também ser observada as seguintes normas NBR-14653 – Avaliação de Bens, Parte 1 – Procedimentos Gerais e Parte 5 – Máquinas, Equipamentos, Instalações e Bens Industriais. O Laudo técnico deverá estar em conformidade com a Lei Federal nº 5.124 de 21/12/1966 que regulamenta o exercício das profissões de Engenheiros, Arquitetos e Engenheiros Agrônomos, complementada pelas Resoluções do CONFEA – Conselho Federal de Engenharia e Agronomia: Resolução 345/90 exercício por profissional de Nível Superior das atividades de Engenharia de Avaliações e Perícias de Engenharia, sendo que, perícias e avaliações de bens móveis e imóveis, suas partes integrantes e pertences, máquinas e instalações industriais, obras, serviços, bens e

direitos, é matéria essencialmente técnica que exige qualificação específica. Resolução 218/73, que discrimina atividades das diferentes modalidades profissionais da Engenharia, Arquitetura e Agronomia. Segundo artigo 12 compete ao Engenheiro Mecânico ou Engenheiro de Mecânico e de Automóveis ou Engenheiro Mecânico e de Armamento ou ao Engenheiro Industrial modalidade Mecânica o desempenho das atividades referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletromecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

2.2. O Laudo deverá ser entregue na Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da CURITIBA S.A. em 02 (duas) vias impressas, encadernadas e em arquivo digital, devendo conter no mínimo:

- 2.2.1. Identificação do proprietário;
- 2.2.2. Objetivo da avaliação;
- 2.2.3. Descrição completa das máquinas industriais, contendo medidas perimétricas, de superfície (área), localização e confrontações, descrição individualizada de acessórios e benfeitorias se houverem, modelo, funções e cursos;
- 2.2.4. Indicação dos métodos utilizados com justificativa de escolha;
- 2.2.5. Especificação da avaliação;
- 2.2.6. Resultado da avaliação e sua data de referência;
- 2.2.7. Informação dos subsídios e procedimentos utilizados na avaliação, como por exemplo: data da vistoria, pesquisas de mercado, critérios de avaliação, tabelas referenciais e outros documentos necessários;
- 2.2.8. Métodos ou fatores de depreciação;
- 2.2.9. Relatório fotográfico;
- 2.2.10. Qualificação legal completa e assinatura do profissional responsável pela avaliação;
- 2.2.11. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) do Engenheiro avaliador.

3. O valor contratado incluirá todos os custos necessários para a realização do objeto, bem como todos os impostos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamentos, cópias, despesas com Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) junto ao CREA/PR e quaisquer outras taxas, custas ou emolumentos que incidam ou venham a incidir sobre o serviço.

Forma de Execução:

Execução Indireta

Prazo de Execução:

15 (QUINZE) DIAS

Cronograma de Execução:

N/A

Forma de Pagamento:

1. Após a conclusão dos serviços, a Contratada encaminhará a nota fiscal à Gerência Financeira Administrativa e de Pessoal da CURITIBA S.A., que, após a devida conferência e atestada a conformidade do objeto com as especificações exigidas, efetuará o pagamento do preço avençado, em até 07 (sete) dias, mediante crédito em conta corrente.

2. Nenhum pagamento será feito à CONTRATADA caso ocorra inadimplemento contratual, incorreção nos valores faturados ou multa, sem que tenha sido regularizada ou paga a pendência, ou relevada a referida multa, se houver.

Principais Obrigações do CONTRATADO:

- I. Manifestar-se, por escrito, ao Gestor, qualquer anormalidade ou impropriedade verificada e prestar esclarecimentos necessários a partir da ciência, no prazo máximo de 24 horas;
- II. Cumprir rigorosamente o objeto do presente Termo de Referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da Licitação, bem como na legislação em vigor;
- III. Entregar o objeto licitado obedecendo rigorosamente todos os itens do Termo de Referência, parte integrante deste edital;
- IV. Executar o serviço solicitado pela contratante obedecendo aos quantitativos estabelecidos, as especificações e outras informações contidas neste instrumento, sob pena de recusa do material;
- V. Aceitar que a CURITIBA S.A., se for o caso, durante o período do recebimento provisório da entrega, escolher aleatoriamente uma unidade do produto entregue e solicitar um laudo técnico deste, para verificação das especificações do edital;
- VI. Entregar o objeto adquirido dentro das especificações relatadas neste Termo, estando ciente de que os materiais somente serão recebidos se estiverem de acordo com o solicitado;
- VII. Cumprir todos os prazos tratados neste instrumento;
- VIII. Assumir integral e exclusivamente toda a responsabilidade no que diz respeito às obrigações fiscais, trabalhistas, previdenciárias e todos os demais

encargos que porventura venham a incidir sobre o objeto deste instrumento;

- IX. Assumir integral responsabilidade pelos danos que causar ao Município ou a terceiros, por si ou por seus sucessores e representantes na execução dos serviços contratados, isentando o CONTRATANTE de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência dos mesmos;
- X. Responsabilizar-se pelo total atendimento das especificações do objeto licitado. Se no momento da entrega do item, não houver atendimento ao especificado, este será recusado, e a empresa ficará sujeita às penalidades previstas neste edital de embasamento;
- XI. A CONTRATADA não poderá em hipótese alguma terceirizar qualquer etapa da confecção e fornecimento dos serviços.
- XII. Solicitar ao contratante o fornecimento da documentação relativa ao bem, necessária à realização do trabalho.
- XIII. Providenciar a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART pelo Engenheiro que subscreverá o Laudo.
- XIV. Assumir total responsabilidade por acidentes que possam ser vítimas seus empregados/prepostos, durante o período em que estiverem efetuando a vistoria "in loco" ou nas dependências da contratante, bem como todo e qualquer dano que esses prepostos/empregados venham a causar às instalações e/ou a terceiros.

Principais Obrigações do CONTRATANTE:

- I. Acompanhar, fiscalizar, controlar e gerenciar o contrato através do gestor indicado, ficando também responsável pelo Atesto das Faturas/Notas Fiscais oriundas do objeto licitado;
- II. Prestar as informações e os esclarecimentos que eventualmente venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- III. Enviar a CONTRATADA, através do portal e-compras, empenho que determina a liberação da compra, ressalvadas hipóteses excepcionais em situações de urgência.

Forma de contratação pretendida:

Licitação por:

() Concorrência Pública () Pregão () Tomada de Preços () Carta Convite
(X) Dispensa de Licitação () Inexigibilidade de Licitação

Justificativa para a forma de contratação apontada:

Amparada pelo Art. 24, inciso II, Parágrafo Único da Lei 8.666/93, que dispõe sobre Licitações e Contratos Administrativos. A presente contratação se enquadra no correspondente e supracitado dispositivo legal, que remete à dispensa de licitação, devido ao fato de que a compra não excede o limite legal de 20% (vinte por cento) do valor da dispensa para compras e serviços na modalidade convite, exceto os de engenharia, bem como para alienações, ou seja, o valor da compra do referido serviço encontra-se abaixo do limite de R\$ 35.200,00 (trinta e cinco mil e duzentos reais), obedecendo-se a exigência legal para aquisição de um mesmo serviço dentro do mesmo exercício financeiro vigente, conforme proposta anexada ao processo.

DAVIDSON JOSÉ MOULEPES

Matrícula n.º 81.599